

ALAST 2013 - VII Congresso Latino-Americano de estudos do trabalho. O trabalho no século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

Economia solidária como alternativa de inclusão social da população vulnerável.

Número e título do GT: 06 – Subcontratación y organización de trabajadores precarios

Maria de Fátima Melo do Nascimento¹

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Doutora em Serviço Social

Ana Cristina de Brito Arcoverde²

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professora Titular

¹ Autor

² Co-autor

Economia solidária como alternativa de inclusão social da população vulnerável

Resumo:

O presente artigo discute a questão da inclusão socioeconômica de camadas da população situadas nas franjas do mercado de trabalho ou que nele nunca se inseriram. Parte-se da premissa que a associação de pobres em empreendimentos econômicos solidários possibilita a criação de oportunidades de trabalho e de construção de uma vida digna. Para o esclarecimento da questão aplicamos formulário com perguntas de caráter quantitativo e qualitativo junto a associados de cooperativa de trabalhadores e em grupo de produção. A questão que inspirou o estudo é conhecer a capacidade de inclusão da população pobre, desempregada nos empreendimentos solidários e ao mesmo tempo identificar como ela se organiza e como influencia na sua capacidade de consumo e construção de vida digna.

Economia solidária como alternativa de inclusão social da população vulnerável

O objeto:

Pesquisa recente publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) alerta para a queda da desigualdade de renda no mundo provocada pelo crescimento econômico da China e da Índia que abrigam mais da metade dos pobres do mundo. O Brasil, considerado um dos 12 países mais desiguais do mundo, após 30 anos de trajetória com alta concentração de renda apresenta uma queda no GINI, de 0,61 em 2001 para 0,539 em 2009, índices próximos ao observado no mesmo período no mundo, observa o Ipea. Entre 2001 e 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais que a dos ricos. Segundo este Instituto, pode-se considerar a década inclusiva, 2001 - 2011, em relação à desigualdade, pobreza e políticas de renda (IPEA, 2012).

Apesar desses indicadores positivos o fenômeno da desigualdade e da pobreza com o seu agravante a fome, ainda persistem em todo o mundo. Sabe-se que já existem recursos econômicos suficientes para acabar com a sua expressão de pobreza extrema, isto é, de pessoas que sobrevivem com um dólar por dia, particularmente em países da Ásia, África e da América Latina. No Brasil, os altos índices de desemprego revelam as dificuldades de inserção de crescente número de pessoas, além daqueles que não apresentam perfil adequado para atender as exigências do mercado de trabalho capitalista.

Segundo o Comunicado 131, publicado pelo (Ipea), sobre o índice de vulnerabilidade multidimensional das famílias, com dados da PNAD de 2003 e 2009, esta, como um todo, se concentra fortemente nas áreas rurais, em Alagoas, Maranhão, Piauí e interiores do Ceará e de Pernambuco. Embora o Estado da Paraíba tenha registrado melhoria em todos os índices considerados, a vulnerabilidade ainda ocupa a quarta pior posição entre os estados citados (IPEA, 2012).

Diz Singer que para combater a pobreza é necessário o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo que todos sejam beneficiados, através da interferência de agentes externos, como: ONGs, igrejas, governantes, universidades, etc. “que mobilizam a comunidade, provocam a formulação de projetos de novas atividades econômicas e/ou melhora das existentes e ajudam em sua implementação” (2004, p.5).

Assim, podemos citar um importante avanço no tocante a criação de novas alternativas de geração de emprego e renda, trata-se da Lei n.10.683 de 28 de maio de 2003 que cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo a referida lei, a economia solidária mostra-se como:

[...]alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse sentido, buscamos compreender no presente trabalho, como as pessoas buscam/podem ser incluídas, economicamente, e de que forma? Seria a economia solidária uma possibilidade para sua organização e inclusão em trabalho que lhe proporcionasse sobreviver em condições de vida dignas? Possuem as unidades produtivas capacidade de inclusão? Estas questões conduziram o estudo que ora apresentamos.

Objetivo

Conhecer a capacidade de inclusão da população pobre, desempregada nos empreendimentos solidários e ao mesmo tempo identificar como ela se organiza e como influencia na sua capacidade de consumo e construção de vida digna.

Metodologia

A perspectiva teórica deste trabalho se baseia em autores que veem a economia solidária como um dinamismo necessário de transformação social, vinculada às propostas de auto emprego da força de trabalho, que gerem outras formas de trabalho e promova sistemas de autogestão, como Singer (2008) Gaiger (2009), Arcoverde (2009).

Iniciamos as atividades visitando os empreendedores em seu local de trabalho. Nesse contato os mesmos foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e a importância de sua participação. Entramos em contato com os empreendedores, através de ligações telefônicas, explicamos brevemente os objetivos da pesquisa e os convidamos a contribuírem com a mesma. Foi aplicado formulário com perguntas abertas e fechadas, gravadas com a permissão dos entrevistados através de termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas foram sempre realizadas na moradia ou trabalho do

entrevistado no dia e horário mais cômodo atendendo a disponibilidade do participante na pesquisa. Os empreendimentos participantes foram uma cooperativa de trabalho (CooperAtiva) e um grupo de produção (Grupo de Produção São Rafael), ambos de iniciativa econômica popular solidária. Para apreciação dos dados utilizou-se tabulação simples e análise temática do depoimento dos entrevistados.

Resultados

Voltando nosso olhar a CooperAtiva, pudemos observar que esta se mostra como uma alternativa ao desemprego vivenciado pelos associados antes do empreendimento, pois todos vivenciavam situação de desemprego. A cooperativa também, segundo os cooperados, contribui para a socialização e qualificação profissional, além de proporcionar a oportunidade ao cooperado de ser dono do próprio negócio. Fatores relevantes, pois indicam uma melhoria significativa na autonomia e qualificação profissional de tais pessoas comparando-se ao período anterior ao empreendimento.

No tocante ao grupo de produção, constatamos também, algumas das melhorias vivenciadas na cooperativa, como: aumento da capacitação profissional, autonomia e socialização dos membros participantes. No entanto, o grupo de produção aqui tomado como referência, até o momento, não conseguiu estabilidade produtiva suficiente para tornar-se uma alternativa ao desemprego vivenciado por seus membros. Assim, o citado grupo funciona como um paliativo ou atividade complementar da renda de seus participantes. Vale ressaltar que alguns deles contam apenas com a renda adquirida no grupo produtivo o que aponta para uma insegurança financeira, uma vez que o rendimento adquirido com a produtividade do grupo não alcança sequer um salário mínimo mensal, segundo relatos dos entrevistados.

Outro fator em comum aos dois empreendimentos é a flexibilidade no horário de trabalho e a solidariedade comum entre seus membros, assim, quando um deles não pode comparecer ao seu posto de trabalho é substituído por outro participante e posteriormente retoma suas atividades. Em ambos os empreendimentos seus participantes trabalham por produtividade, deste modo podem organizar o horário de trabalho de acordo com a sua agenda de interesses e mesmo conciliar com outra atividade produtiva. Esse fator é citado como positivo por alguns membros, mas também é visto como negativo por outros, uma vez que os trabalhadores só ganham o que produzem, assim, aqueles que têm uma baixa

produção durante o mês, consequentemente, recebem um rendimento menor o que pode prejudicar sua renda familiar.

Pudemos observar ainda, que a CooperAtiva apresenta uma segurança profissional para os seus associados, os mesmos tem um contrato de trabalho e têm seus direitos assegurados pela contribuição como autônomo à Previdência Social, o que não tinham antes de serem associados. O mesmo não acontece quando falamos do Grupo de Produção São Rafael, pois além de não possuírem um contrato de trabalho, também não contribuem com a Previdência e não podem contar com a renda adquirida com a produtividade do grupo, para garantir a sua subsistência.

No que se referem à satisfação das necessidades materiais dos entrevistados, os associados alegaram que o trabalho lhes proporciona a satisfação de suas necessidades materiais e representa uma melhoria na condição de vida comparando com o padrão que tinham antes da fundação da cooperativa. Entretanto, devemos destacar que os entrevistados que se encontram em cargos de maior importância dentro da cooperativa, como o presidente e membros do conselho gestor, mostraram maior satisfação em trabalhar na CooperAtiva, assim como, apresentaram mais entusiasmo ao relatar sobre suas atividades e a melhoria no padrão de vida, comparando o antes e o atual em relação a sua inserção na cooperativa.

Os entrevistados do Grupo de Produção São Rafael, no entanto, apesar de alegarem que o trabalho no empreendimento satisfaz suas necessidades materiais citaram necessidades como: comprar o pão, colocar crédito no celular ou complementar sua renda no final do mês, diferentemente dos cooperativistas que alegaram mudanças efetivas na qualidade de vida e rendimento financeiro. Deste modo, muitos participantes do grupo produtivo, não tiveram uma melhoria significativa no que se refere à renda, mas demonstram estarem satisfeitos com a capacitação profissional, socialização e criação de laços afetivos proporcionados pela vinculação ao empreendimento.

De um modo geral, ressaltamos que ambos os empreendimentos representam uma iniciativa de protagonismo social dos seus membros em busca da superação do desemprego. Contudo, a CooperAtiva apresenta significativas mudanças nas vidas profissionais dos entrevistados, já que possibilitou aos mesmos uma alternativa ao desemprego vivenciado, assim como, segurança e estabilidade financeira. O mesmo, não aconteceu até o momento com o Grupo de Produção São Rafael, pois seus participantes ainda necessitam buscar uma fonte de renda colocando-se no mercado de trabalho. Assim

entendemos que os aspectos positivos em relação à inclusão socioeconômica dos empreendedores são mais visíveis na CooperAtiva do que no Grupo de Produção São Rafael.

Bibliografia:

ARCOVERDE, Ana Cristina de Brito. Economia Solidária em Pernambuco. Alternativa de Emancipação Frente ao desemprego e à Exclusão Social. Recife, Editora da UFPE, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A Associação Econômica dos Pobres como via de Combate as desigualdades. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n.57, p. 563-580, Set./Dez. 2009.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas. Comunicado do Ipea. n.131. Vulnerabilidade das famílias entre 2003 e 2009. 17 de janeiro de 2012.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas. Comunicado do Ipea. 155. A década inclusiva (2001 -2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. 25 de setembro de 2012.

SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. 3º Ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal In: Mercado de Trabalho, n.24, agosto de 2004. Ipea.